



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas
Av. dos Estados , 5001, Bairro Bangu ó Santo André, SP, CEP 09210-980
Fone: (11) 4996-7903 ó proap@ufabc.edu.br

Comissão de Políticas Afirmativas (CPAf)

Sinopse da Reunião de 20/04/2017

Síntese das deliberações referentes aos assuntos constantes na Pauta da Primeira Seção Ordinária da Comissão e Políticas Afirmativas da ProAP, realizada no dia 20 de abril de 2017, às 14h, na sala de Reuniões do Centro de Matemática, Ciências e Cognição, terceiro Andar da Torre II do Bloco A, Campus Santo André.

Presentes: Allan Moreira Xavier, Ana Claudia Polato e Fava, Ana Luisa Gouveia Abras, Carla Regina de Oliveira, Fernando Costa Mattos, Igor Lopes da Silva, Jean Jacques Bonvent, Jose Artur Quilici Gonzalez, Laurielen Rodrigues Lucio, Lidia Pancev Daniel Pereira, Luiz Carlos da Silva Rozante, Mara Lucia Almeida Silva, Max Mario Fuhlendorf, Natalia Cristina Barbosa Alves, Pamela Macedo, Raimundo Nonato Braz Neres, Silvio Wenceslau Alves da Silva, Tatiana Keimi Izumi e Silas Araujo Leite da Silva.

1. Professor Fernando saúda todos os presentes e sugere uma breve apresentação dos membros da Comissão;
2. Os membros da comissão se apresentam e alguns registram suas expectativas em relação à CPAf;
3. Professor Fernando relata aos membros que a constituição desta comissão era objetivo desta gestão, desde que ele a assumiu em agosto de 2016. Informou ainda que, junto com os membros da ProAP, já estava discutindo a portaria que a regulamenta com a equipe da ProAP, uma vez a Pró-Reitoria passou por muitas mudanças desde que esta comissão fora criada, em 2013. Desta forma, sentiu então a necessidade de que a regulamentação fosse atualizada já com o novo perfil da Pró-Reitoria. Esse assunto foi inclusive abordado com os coletivos da universidade em outubro passado, e um dos pontos de pauta da reunião de hoje é justamente a criação de um Grupo de trabalho para discutir estas mudanças. É interesse desta gestão que a comunidade acadêmica possa participar do dia-a-dia da ProAP.

Informes:

- Professor Fernando (ProAP) apresenta aos membros da Comissão o histórico da ProAP, desde sua criação por meio da Resolução 50. Relata que desde o princípio a UFABC tem a inclusão como uma de suas vertentes, seja pelo sistema de cota de acesso, seja pelas políticas de permanência. Desde que a universidade fora criada, concomitantemente já existia pessoas que trabalhavam para estas políticas de bolsas e auxílios. Em 2010 foi feita a proposta de se criar uma Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas, assim como acontece na maioria das universidades federais na atualidade. Seguiu discorrendo a respeito das resoluções que regulam assuntos que são próprios da Pró-Reitoria; disse ainda que algumas destas resoluções já precisam de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fundação Universidade Federal do ABC

Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas

Av. dos Estados, 5001, Bairro Bangu ó Santo André, SP, CEP 09210-980

Fone: (11) 4996-7903 ó proap@ufabc.edu.br

alterações e será tarefa desta comissão trabalhar neste sentido, com a formação de Grupos de Trabalho para discutir as possíveis mudanças, que já foram sugeridas pelo Ministério Público ou ainda apontados pelas pessoas que trabalham com estas normativas no dia-a-dia. Cita também as novas comissões que a ProAP está criando neste momento ó exemplifica a Comissão Permanente de Acessibilidade.

- Relata que os cortes de verba que a universidade vem sofrendo pelo atual governo prejudicam sensivelmente o trabalho da ProAP, nitidamente notada com a diminuição da oferta de bolsas socioeconômicas;
- A respeito do atendimento das pessoas com deficiência, informa que é imprescindível prestar um atendimento adequado a este público, e que isto requer uma série de ações que envolvem várias equipes da ProAP ó (cita como exemplo saúde e acessibilidade,) ó existem demandas bastante complexas e por isso é preciso aprimorar nossas políticas de acessibilidade. A criação da COPA (Comissão Permanente de Acessibilidade), recentemente criada pelo ConsUni, é um indicativo para a discussão destas políticas.
- Seguiu discorrendo a respeito das demais resoluções, que podem ser consultadas no *site* da universidade;
- Cita ainda as legislações que são pertinentes às atividades da ProAP e os nomes dos antigos pró-Reitores;
- Apresenta em seguida o atual Organograma da Pró-Reitoria ó que é bastante dinâmico: houve a criação de algumas áreas, e já está se pensando na reformulação de outras;
- Dá como exemplo de tema o uso dos banheiros, que pode ser uma demanda para a CPAf refletir nas próximas reuniões;
- Apresenta os setores da ProAP, dando destaque à equipe de comunicação da Pró-Reitoria, cujo objetivo é melhorar a divulgação do trabalho da Pró-Reitoria junto à comunidade;
- Discorre a respeito da criação da Coordenadoria de Direitos Humanos e atendimento Psicossocial e a Seção de Segurança Comunitária ó sendo esta última com objetivo de mudar o perfil do trabalho da segurança para a comunidade;
- Segue dando exemplos dos setores vinculados às demais Coordenadorias: na Coordenadoria de Assuntos Comunitários, destaca a Seção de Esportes e Lazer, que tem recebido muitas demandas de atividades desportivas, e que em breve receberá o ginásio e a piscina do campus Santo André, tornando um pouco mais complexa a administração destes espaços. Relata ainda a Seção de Nutrição e Restaurantes Universitários, que acompanha o funcionamento do RU, desde o contrato até o cotidiano da oferta de refeições.
- Na Coordenadoria de Políticas Afirmativas, apresentou brevemente o Núcleo de Acessibilidade, que tem ainda uma equipe aquém do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas
Av. dos Estados , 5001, Bairro Bangu ó Santo André, SP, CEP 09210-980
Fone: (11) 4996-7903 ó proap@ufabc.edu.br

necessário; o Observatório ainda é um projeto que está no papel mas que está ligado aos projetos da vice-reitoria, que trabalha com outras modalidades de observatório também ó relata que talvez a CPAf contribua para que esta importante ferramenta saia do papel.

- A respeito da Seção de Bolsas e Auxílios, relata que é um dos setores mais importantes quando se trata de inclusão; destaca o Edital de 2017 que foi elaborado em parceria com a Auditoria Interna. Destaca que alguns dos setores da ProAP, em especial, a Seção de Bolsas, passou recentemente por processos de Auditoria Interna e Externa.
 - Em relação à Coordenadoria de Direitos Humanos e Atendimento Psicossocial: adesão ao Pacto Universitário pela promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos: A UFABC aderiu a este pacto, nomeou um Comitê Gestor que está elaborando plano de ação, mas já há ações relacionadas a esta temática que estão começando a ser desenvolvidas;
 - Por fim, destaca que a criação da CPAf qualifica as ações da ProAP, torna suas ações mais democráticas e a aproxima da Comunidade. Registra preocupação quanto à situação financeira da universidade: pelo tamanho das políticas de inclusão, poderia se fazer mais do que hoje já se faz ó se o recurso diminuir, essa situação muda a própria dinâmica da universidade, ameaçando diretamente as políticas de permanência.
2. Raí (discente): cita duas coisas da ProAP que precisam ser resolvidas com certa urgência: em relação à Segurança: questiona a demissão dos guardas patrimoniais; e em relação a Gênero e questões raciais: faltam ações mais efetivas da ProAP no que diz respeito às questões raciais e de gênero;
- Outros assuntos elencados: Sugere que seja discutida na Comissão a reserva de vagas para pessoas transexuais e transgêneros;
 - Pergunta a respeito dos recursos orçamentários da ProAP, se a destino destes passará por esta Comissão;
 - Em relação ao Pacto Universitário, sugere que alguém do Comitê Gestor participe das Reuniões da CPAf;
 - Como pontos para pautas futuras, traz a necessidade de uma Comissão Permanente de Matrícula (semelhante a que está sendo proposta na reserva de vagas para refugiados), visando minimizar as fraudes nas cotas raciais;
 - Sugere um curso de aperfeiçoamento que aborde a temática gênero e diversidade oferecido a todos os servidores da ProAP e a toda comunidade acadêmica;
3. Professor Fernando esclarece que, em relação às questões que envolve a Segurança, as discussões estão sendo feitas juntamente com a Reitoria e demais pró-reitorias, em especial ProPLADI por conta dos cortes de orçamento, que tem deixado a universidade numa situação dramática.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fundação Universidade Federal do ABC

Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas

Av. dos Estados, 5001, Bairro Bangu ó Santo André, SP, CEP 09210-980

Fone: (11) 4996-7903 ó proap@ufabc.edu.br

4. Silvio esclarece ainda que caso o quadro de funcionários fosse mantido, chegaria um momento em que não haveria recursos para o pagamento de seus salários e, sendo dispensados agora, eles têm garantido o pagamento de todos os seus direitos previstos por lei;
5. Professor Fernando esclarece que com relação as questões de gênero e raça, essas são questões que estão na linha de frente na ProAP; acolhe a sugestão de ter membros do comitê gestor do pacto;
 - Esclarece também que em relação ao orçamento da ProAP, ele passará sim pela Comissão, conforme a resolução vigente da CPAF;
 - Em relação à constituição de uma Comissão de Matrícula, diz que pessoalmente é a favor desta Comissão. Relata sua experiência quando participou do Seminário de Políticas Afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina e que já teve algumas discussões desse assunto junto à ProGRAD ó e é importante uma comissão bem pensada e bem estruturada;
 - Na questão das cotas para transexuais, diz que isso pode ser pensado e discutido, e que é possível que um membro traga uma sugestão neste sentido para a comissão;
 - Em relação ao curso sobre gênero, relata que uma das pautas dos membros do Pacto é pensar em cursos de capacitação que abrace esta temática e que está passando pela PROEC a proposta de um curso de especialização em Direitos Humanos com foco em gênero e diversidade.
6. A título de esclarecimento, Lidia (PROEC) relata que desconhece qualquer ação da ProEC que barre ações que abarquem esta temática, citando inclusive alguns projetos realizados pela Pró-Reitoria;
 - Lidia traz como informe o convite para o Congresso de Extensão Universitária da UFABC ó o Conexão, que será realizado no dia 22/06/2017;
7. Carla (ProGRAD) relata um pouco do trabalho realizado pela Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial (DEAT), informando que os discentes atendidos nesta área da ProGRAD também são objetos de trabalho da própria ProAP. Faz um balanço das ações relacionadas às políticas afirmativas desde que a ProAP foi criada, pois participou deste processo. Afirma que a universidade precisa da ProAP pois só o ingresso por cotas não é suficiente para garantir a permanência dos discentes na universidade ó é preciso oferecer aos estudantes uma infraestrutura para que eles se sintam acolhidos e possam desenvolver suas habilidades e competências, indo assim de encontro ao projeto pedagógico da própria universidade. Colocou-se, juntamente com a PROGRAD, à disposição para discutir e buscar caminhos/possibilidades para as demandas que sempre estarão presentes no



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fundação Universidade Federal do ABC

Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas

Av. dos Estados, 5001, Bairro Bangu ó Santo André, SP, CEP 09210-980

Fone: (11) 4996-7903 ó proap@ufabc.edu.br

cotidiano de ambas as pró-reitorias, em especial no que tange a qualidade de vida dos discentes;

8. Professor Jean Jacques (CCNH) acrescenta que falta dados consistentes relacionados à realidade da inclusão dos discentes na universidade e que isso atrapalha a divulgação da própria universidade; é preciso sintonizar os esforços neste sentido, pois muitos membros da academia desprezam a questão das cotas. Relata que os estudantes podem se sentir frustrados no sentido de ser incluídos pela cotas, ao mesmo tempo ser excluídos pelas pessoas. Sugere uma pesquisa de opinião/e o compartilhamento de experiência.

PAUTA DO DIA

(Pauta invertida, aprovada pelos membros da Comissão)

Reserva de Vagas para Refugiados

1. Professor Blanes agradece a oportunidade de explicar a proposta aos demais membros da comissão. Relata que esta proposta está sendo construída desde que a ideia surgiu, há dois anos. Em 2016, a reitoria promoveu reuniões multissetoriais com as Pró-Reitorias envolvidas (Reitoria, ProGRAD, ProAP, ARI, ProPG, ProEC); criou-se assim um Grupo de Trabalho para a elaboração de uma proposta mais concreta; relata que a ProPG ficou à frente de elaborar este documento dentro dos critérios institucionais e que hoje está sendo apresentada a esta Comissão.
 - Em relação aos encaminhamentos, Professor Blanes sugere que esta Comissão encaminhe aprovada (se assim for) a proposta direto para o ConsUni, cuja próxima reunião será em 27/06/2017.
 - Explica o porquê da escolha da reserva de vagas para refugiados: faz um breve histórico a respeito da situação dos refugiados em alguns países; diz que o Brasil está burocraticamente preparado para tratar de assuntos desta temática, uma vez que possui um comitê instituído para analisar as solicitações de refúgio (CONARE), amparado por legislação federal; contudo falta desenvolver ações mais efetivas de integração e de suporte a estas pessoas;
 - Relata ainda que no Brasil temos representação do Alto Comissariado das Nações Unidas, com sede em Brasília, e escritórios no Rio de Janeiro e em São Paulo ó essa organização tem trabalhado para estabelecer convênios de cooperação com as universidades, como por exemplo a Cátedra Sergio Vieira de Melo, nome de um destes convênios. Relata ainda que universidades federais, estaduais e particulares têm aderido a este convênio de cooperação; a partir destes convênios, surgiu a ideia de oferecer vagas para refugiados. Apresenta a informação passada pela



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fundação Universidade Federal do ABC

Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas

Av. dos Estados, 5001, Bairro Bangu ó Santo André, SP, CEP 09210-980

Fone: (11) 4996-7903 ó proap@ufabc.edu.br

ProGRAD que atualmente 11 universidades federais, independente de ter Cátedra ou não, já oferecem vagas para refugiados. Em São Paulo, a UFSCAR já faz este trabalho e trocou experiências com os responsáveis pela matrícula da UFABC neste sentido.

- Apresenta assim a proposta: a princípio 06 vagas, relacionados aos Bacharelados Interdisciplinares (02 BCT AS, 02 BCT SBC, 02 BCH SBC) distribuídos nos turnos diurno e noturno. Como forma de ingresso, afirma que dá para usar o ENEM, otimizando assim o processo de ingresso, fazendo com que o refugiado entre na universidade de uma forma mais orgânica, contudo diminuindo um pouco a nota para este público específico. Além disto, a idéia é que se crie uma Comissão Especial para Refugiados da UFABC que, além de cuidar das questões da matrícula, acompanhe estas pessoas nas questões de vulnerabilidade; sugere que este grupo será um alvo das ações da ProaP; caberá à ProGRAD oferecer tutores para as atividades acadêmicas.
- Carla: pergunta a diferença entre imigrante e refugiado; apresenta proposta para a resolução: garantir além da assistência, apoio em relação à língua de origem do estudante, em especial nas avaliações.
- Professor Blanes esclarece que a ARI já está pensando nisso também, inclusive elaborando o curso de Português para estrangeiros;
- Max (representante discente): questiona a respeito da demanda e dá como proposta a inclusão da reserva de vagas para a escola preparatória para este perfil. Outra proposta que apresenta é de aumentar o número de vagas ofertadas para este público-alvo;
- Professor Blanes esclarece à Carla que existe alguns tipos de imigrante: o voluntário, que busca em outro país melhores condições de vida, e não é forçado pelas circunstâncias a sair de seu país; o imigrante forçado, aquele que se continuar no país de origem, a alta situação de vulnerabilidade compromete sua vida, e desta forma, se vê obrigado a buscar melhores condições em outro território. Dentro deste público de imigrantes forçados existe as pessoas que têm direito a solicitar o status de refúgio, o que não é o caso, por exemplo, dos haitianos, que tem uma alta situação de vulnerabilidade, mas não tem conflito bélico em seu país; inicialmente o refúgio surge por conta dos conflitos de guerra, mas esse conceito já está sendo alargado em outros aspectos, como por exemplo, os refugiados ambientais, mas a legislação ainda não contempla esta situação. Diz ainda que em SP, na Fundação Cáritas, todos os dias chegam muitos imigrantes que estão solicitando o refúgio ó muitas vezes o CONARE demora anos para atribuir este status aos imigrantes; esclarece ainda que na região do ABC existe diversos imigrantes das regiões mais variadas, inclusive africanos e sul americanos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fundação Universidade Federal do ABC

Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas

Av. dos Estados , 5001, Bairro Bangu ó Santo André, SP, CEP 09210-980

Fone: (11) 4996-7903 ó proap@ufabc.edu.br

- Segue esclarecendo que estrategicamente acredita que o número de vagas ofertadas nesse primeiro momento é melhor para aprovação. Também acolhe e aceita a sugestão de reserva de vagas para a escola preparatória;
- Raí: sugere que no artigo 6: haja recorte de vulnerabilidade para os refugiados mesmo com poucas vagas, por meio de critérios socioeconômicos;
- Professor Blanes esclarece que vai discutir a proposta com os demais membros da ProGRAD neste sentido;
- Ana: também acredita que as vagas ofertadas são poucas ó sugere que, no mínimo, se dobre o número de vagas; pergunta a respeito da perspectiva de futuro dos refugiados e se os casos de tráfico humano podem ser incluídos nesta política;
- Professor Blanes diz que em relação ao futuro destas pessoas é algo que ainda não foi pensado, mas a proposta é que estas pessoas possam estudar aqui e ir até o fim de seu curso. Há uma preocupação de que os imigrantes forçados podem ter sua condição de refugiado negada e desta forma, eles devem voltar ao seu país ó nestes casos, caberá à universidade analisar se pode e o que pode ser feito, sempre se certificando junto ao CONARE a situação destas pessoas; em relação ao refugiado, é oferecido o sigilo, inclusive pode se adotar o nome social por questão de segurança. Em relação ao tráfico humano, nesta resolução eles não estão contemplados;
- Professor Fernando sugere que seja feita uma pesquisa relacionada a este público-alvo (tráfico humano).
- Professor Blanes esclarece que estas pessoas também podem se enquadrar na situação de imigrantes forçados, e que já um visto específico para estes casos (visto humanitário);
- Jean Jacques: também sugere utilizar a escola preparatória como porta de acesso para estas pessoas, uma vez que o processo seletivo pode ser uma barreira para as pessoas nesta condição. Sugere que a Comissão de Direitos Humanos faça um trabalho de acolhimento aos interessados no processo seletivo da escola preparatória, por meio de um Edital prévio; acredita que não se deva aumentar a quantidade de vagas neste momento, por se tratar de uma proposta pioneira; em relação ao processo seletivo, é preciso pensar em mecanismos que não beneficiem refugiados em melhores condições socioeconômicas que os outros, priorizando aqueles de maior vulnerabilidade. Questiona também a respeito do visto de estudante;
- Professor Blanes diz que anotou todas as sugestões. Esclarece que a pessoa nesta condição não precisa de visto nenhum, do ponto de vista jurídico: com o protocolo do CONARE ela pode ficar no Brasil, providenciar seus documentos e, caso não receba ou perca o status de refugiado, ela deve voltar a seu país de origem.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fundação Universidade Federal do ABC

Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas

Av. dos Estados , 5001, Bairro Bangu ó Santo André, SP, CEP 09210-980

Fone: (11) 4996-7903 ó proap@ufabc.edu.br

- Professor Fernando: pondera que os estudantes refugiados apresentam situações específicas, e sugere alteração na redação do artigo 9, relacionado ao acesso aos programas de assistência estudantil, acatado pelo professor Blanes e pela Comissão. Também sugere o aumento da quantidade de vagas ofertadas.
- Professor Blanes diz que precisa ver esta questão do quantitativo de vagas com a ProGRAD, perguntando também se a ProAP daria conta de ofertar bolsa a todos estes estudantes ó diz ainda que levará esta demanda de aumento do número de vagas;
- Professor Fernando pondera novamente que os estudantes refugiados que não apresentam situações de vulnerabilidade podem concorrer às vagas em ampla concorrência;
- Nathalia: acrescenta que existe outros países, como a Xexênia, que também está passando por um processo de conflito e que em breve poderemos receber pessoas destes países;
- Lidia: Sugere alterações na redação da proposta de resolução, todas acatadas pelo Professor Blanes e pela Comissão;
- Lidia sugere que, em relação ao nome social, paralelamente se pense numa normativa dentro da universidade, nos moldes que a universidade já tem, para atender a estes casos, pois não basta estar apenas neste resolução;
- Escola Preparatória: esclarece que a escola preparatória é um grupo de alunos da UFABC que dão aula para outros alunos de Ensino Médio. Explica aos membros da comissão como é realizado o processo seletivo, inclusive em relação às pessoas com deficiência (surdos), que só foi possível o atendimento destes estudantes após estabelecer parceria com a ProAP. Sugere que , caso seja aprovada, a CPAF solicite junto à Coordenação da Escola Preparatória que se inicie uma conversa neste sentido, pois os estudantes professores precisam ser preparados para o atendimento deste perfil de estudante;
- Professor Artur acredita que estrategicamente é melhor manter o quantitativo inicial de vagas propostas, sugerindo fazer um processo anual de avaliação para aumentar, ou não, o número destas vagas anualmente de forma gradual;
- Professor Blanes agradece a contribuição dos membros. Acatou as sugestões de alteração e acréscimos no texto após as discussões e ponderações propostas;
- Professor Fernando, como encaminhamento, propõe ao Prof Blanes que proceda com as alterações propostas e apresente à CPAF na próxima reunião da comissão; em relação aos outros itens de pauta, dado ao horário de término da reunião, sugere que a formação dos Gts poderá ser feito por e-mail, retomando o assunto na próxima reunião da CPAf, para posterior aprovação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fundação Universidade Federal do ABC

Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas

Av. dos Estados , 5001, Bairro Bangu ó Santo André, SP, CEP 09210-980

Fone: (11) 4996-7903 ó proap@ufabc.edu.br

2. Recurso de Bolsas

- Tatiane questiona a respeito da Análise de Recursos do Processo Seletivo dos programas de bolsas que está vigente, cuja atribuição é da CPAf; diz que é preciso estabelecer com a comissão um procedimento de análise uma vez que o prazo para esta atividade é curto e talvez precise de uma reunião extraordinária para tal ação.
- Professor Fernando dá mais detalhes sobre este assunto dos recursos, retomando a resolução da CPAf, dizendo que uma das propostas que será feita posteriormente é a retirada desta tarefa da comissão.
- Tatiane pondera que por se tratar de uma atribuição específica do Assistente Social e, por se tratar de uma análise técnica, a CPAf não é campo de análise destes recursos, em especial por ter discentes também em sua composição que podem ou não estar participando do Processo Seletivo;
- Ligia dá como exemplo que na ProEC quando há casos semelhantes referentes à recurso, a pessoa que é objeto do recurso, por não poder advogar em causa própria, está impedida de expor opinião a respeito;
- Mara e Prof Fernando sugerem que a equipe técnica prepare o parecer técnico e submeta à Comissão;
- Professor Fernando sugere que, devido ao calendário de resultado final, a reunião da CPAf seja feita no dia 08/06/2017;
- Professor Fernando submete o calendário aos membros da comissão, sendo aprovado por todos(as).